

**RESENHA: “Escolaridade e Trabalho: Juventude e Desigualdades” de Maria Inês
Caetano Ferreira e André Silva Pomponet**

Iracema Souza¹

O artigo discute a escolaridade e as formas de inserção no mercado de trabalho de jovens brasileiros, com 15 a 29 anos de idade, a partir da análise quantitativa dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos anos 2006 e 2013. Com a análise do rendimento do trabalho, os autores argumentam que as desigualdades socioeconômicas se produziram e reproduziram em função das desigualdades de renda. E estas desigualdades, por sua vez, se consolidaram através da reincidência de um modelo econômico fundamentado na exclusão e desigualdade, ancorado na exploração da força de trabalho ao invés de indicar a inclusão das minorias, como apontado por outros autores ao analisarem o período. Para estes, a noção de que a inserção nos diferentes postos de trabalho se justifica pela escolaridade não se sustenta, tendo em vista que a maior precariedade dos vínculos de trabalho, o crescimento do desemprego e da informalidade atingem aos grupos de forma diferenciada, e, além disso, a alocação dos trabalhadores em determinadas funções sofrem efeitos das discriminações externas ao mercado de trabalho, tais como por cor (termo utilizado pelos autores), gênero e faixa etária, ao ser constatado trabalhadores com mesmos níveis de escolaridade e rendimentos desiguais.

Entre 2006 e 2013, o país deu continuidade ao movimento de expansão educacional básica e superior, cujos efeitos podem ser considerados de duas ordens, se por um lado a expansão do ensino médio teve como efeito positivo o incremento da qualificação do trabalhador, a absorção de novas tecnologias e a elevação da produtividade na economia, por outro engendrou em mais desigualdade de renda, embora deve-se ressaltar a melhoria de renda das populações com menores rendimentos. No âmbito da economia e do mercado de trabalho, observou-se um raro período econômico positivo no país, com alta inclusão no mercado de trabalho, baixa taxa de desemprego, elevação real dos rendimentos e no anos finais próximos a 2013 sinais de esgotamento do modelo de crescimento e primeiros indícios da crise que se instalou no país até os dias atuais.

Os resultados apresentados ilustram os efeitos da expansão na educação com a elevação dos anos de escolaridade por sexo, com destaque para as mulheres. Aumento dos anos de escolaridade e da participação no ensino médio e ensino superior de todos os grupos de cor (brancos e pretos e pardos), com maior crescimento entre os pretos e pardos no ensino superior. Por grupo de renda, houve variação positiva nos 1º e 5º quintis de renda, no entanto as desigualdades se mantiveram evidentes. No que tange a participação

¹ Doutoranda pelo PPGSA/UFRJ

no mercado de trabalho, as mulheres possuíam as maiores taxas de desemprego e menores de ocupação, situação intrigante diante das credenciais escolares, reforçando o argumento de que outros mecanismos atuam na distribuição dos postos e rendimentos do trabalho, além da aquisição educacional. A análise por cor, indica redução das taxa de participação de ambos os grupos, com números inferiores de pretos e pardos em relação a brancos e maior taxa de desemprego entre os primeiros. A distribuição da participação por rendimento ilustra diferenças significativas entre o 1º quintil e o 5º quintil, com desvantagem para o primeiro, e os jovens do 5º quintil possuem mais ocupações e menos desemprego.

Por fim, todas as análises consideram as diferentes faixas etárias que compõem a juventude. O texto apresenta ainda, a distribuição por etapa de ensino e a evolução da qualidade do emprego, que não foram objeto desta resenha em função do curto espaço disponível. Saliento que os resultados dizem respeito a comparação de dois momentos no tempo, isto é, não se trata de análise longitudinal na qual poderíamos avaliar se os resultados representam uma tendência ou diz respeito a momentos conjunturais distintos. Outra limitação consiste no reconhecimento da necessidade de cruzamento das variáveis de classe, raça/cor e gênero, na perspectiva da interseccionalidade, porém não fez uso desta proposta no texto, embora reitere os impactos das discriminações na distribuição dos postos e nos rendimentos do trabalho.